



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

JONAS VIEIRA XAVIER NETO

REUNI E POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:
A PERSPECTIVA ESTUDANTIL SOBRE AS NOVAS POSSIBILIDADES NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.

FORTALEZA

2013

JONAS VIEIRA XAVIER NETO

REUNI E POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:
A PERSPECTIVA ESTUDANTIL SOBRE NOVAS POSSIBILIDADES NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.

Monografia apresentada ao Curso de Administração do Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. Ms. Elidihara Trigueiro Guimarães.

FORTALEZA

2013

JONAS VIEIRA XAVIER NETO

REUNI E POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:
A PERSPECTIVA ESTUDANTIL SOBRE AS NOVAS POSSIBILIDADES NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.

Monografia apresentada ao Curso de Administração do Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. Ms. Elidihara Trigueiro Guimarães.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ms. Elidihara Trigueiro Guimarães (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Augusto Teixeira de Albuquerque

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Sueli Maria de Araújo Cavalcante

Universidade Federal do Ceará (UFC)

A quem verdadeiramente se permitir sentir a
universidade como boa, essencial,
surpreendente e viva.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que com infinita bondade e perfeição rege todos acontecimentos da minha vida e me garante saúde e fé para agir.

À minha orientadora, Professora Elidihara Trigueiro Guimarães, por me conceder a experiência e sabedoria, e por toda confiança em mim ao me orientou no desenvolvimento desse trabalho. Pela Coordenação maestral do Projeto de Mapeamento dos Processos da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFC - MAPRO. Pela disposição, pela amizade, pela sensibilidade que impressiona, e pela nova visão de indivíduo.

À banca, composta pelos Professores Dr Augusto Teixeira de Albuquerque e Dra Sueli Maria de Araújo Cavalcante, pela disponibilidade e contribuições.

Aos meus pais, Abílio Fiusa Vieira e Expedita Ponte de Almeida por toda dedicação e amor incondicional, diário e incansável. Por serem os melhores motivos que eu tenho para produzir, crescer e amar.

A todos os meus demais familiares que me deram suporte para chegar até aqui, em especial aos meus irmãos, Davi, Lucas e João Pedro e a Fernanda Xavier, minha tia, irmã, afilhada e com quem partilho minhas melhores lembranças.

Aos Professores Ciro Nogueira Filho e Maria Clarisse Ferreira Gomes, que durante o MAPRO estiveram à frente da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFC – PRAE e acreditaram na importância do Projeto.

Aos servidores da PRAE que apoiaram execução do MAPRO, em especial a Afonsina Lacerda, pela prontidão disponibilidade e carinho com que acolheu a cada um e acompanhou cada etapa, dificuldade e sucesso do Projeto.

A todos os Professores que compartilharam de tanta experiência e ensinamentos durante a Graduação. Em especial aos Professores Caubi Tupinambá, Mônica Abreu que me possibilitaram as primeiras experiências de pesquisa e Hugo Acosta e Cláudia Buhamra por compartilharem do sucesso da organização de mais de um Seminário de Pensamento Estratégico em Marketing. Agradeço e parablenizo os mestres que ultrapassaram experiências para além da sala de aula.

À Diretoria da Faculdade de Economia, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, por incidir esforço contínuo à melhoria de nossa faculdade. Aos Professores Augusto Cabral, Sandra Maria e Naiula Monteiro.

A todos os colegas do Laboratório de Estudos em Competitividade e Sustentabilidade – LECoS e Núcleo de Estudos do Comportamento Humano - NECH, pela acolhida e tantos exemplos de dedicação à pesquisa. Em especial a Ana Rita Pinheiro pelo companheirismo e aprendizado compartilhado.

À equipe da Buhamra & Romero, por todos os ensinamento práticos, sobre relacionamento e aplicação e adequação da teoria ao contexto empresarial.

Ao Professor Hermes Bezerra que com absoluto êxito despertou o melhor em quem teve a oportunidade de ser seu aprendiz. Obrigado pela lembrança e exemplo que permanecerão eternos.

A Esther Rodrigues Ellery pela ajuda essencial nos últimos momentos de desenvolvimento desse trabalho, além da amizade e carisma precedentes, e a sua mãe, Maria Angélica Rodrigues Ellery.

A Sofia Ferraz, por toda beleza e sabedoria. Pelo apoio firme, pela confiança e pela companhia a qualquer momento. Por significar o lado mais leve e alegre que longas caminhadas possam ter: encontrar pessoas especiais.

A Virna Távora pela acolhida, atenção, preocupação, disponibilidade e apoio nos momentos finais de desenvolvimento desse trabalho e pela amizade que tão rapidamente se mostrou tão sincera, e a sua mãe, Jacinta Távora, pela acolhida e cordialidade.

Aos amigos André Falcão, Felipe Maia, Giselle Queiroz, moça com valores tão presentes e coerentes na fala e no comportamento, Igor Leal, Ilmara Milhomem, Jéssica Albuquerque, João Emmanuel, Laane Queiroz, Layla Cristina, Luisa Ferraiuoli, Luma Lima, Priscylla Giffony, Thalita Calíope, que surgiram em vários momentos da Graduação e sei que a partir de então se fazem presentes. Por cada um ter se feito especial em momentos pontuais que recorde com carinho e gratidão.

A Bianca Palhano, Bruna Couto, Caio Deroci, Camila Lira, Camila Rodrigues, Carolina Ferrão, Clóvis Filho, Geovana Rodrigues, Giullian Reis, Halina Teireixa, Ivone Rocha, Jason Maxmuller, Kalyl Silvino, Katy Queiroz, Livia Sampaio, Pedro Rilder, Priscila

Almeida, Ryna Fernandes e Thaís Chaves, amigos que foram indispensáveis por me fornecerem a sanidade com descontração e alegria que me permitiram continuar. Por não se omitirem a nenhum debate. Por me emocionarem pela companhia. Em especial a Hannah Jook Otaviano, que pela compreensão incomparável sempre exigiu e sempre terá lugar privilegiado.

A Sabrina Barros, com quem pude compartilhar diretamente muitas alegrias e angústias pessoais e relacionadas à Academia por um bom percurso dessa jornada, sempre contando com o apoio, carinho, compreensão e sabedoria.

Aos amigos Eugênia Vale, Jordana Gondim, Marcelo Victor, Stephan Eilert e Vinicius Daltro, por quem tenho o mais absoluto respeito, carinho e admiração. Por quem torço que o a amizade apenas se fortaleça para acompanharmos, juntos, o sucesso pessoal e profissional de cada um. Obrigado por tantos momentos de alegria, carinho e atenção!

“O jovem está muito preso à alegria do instante. À medida que o tempo vai passando, começa a se dar conta da idéia da felicidade como realização de um projeto, um plano de vida.”

Eduardo Giannetti

RESUMO

Tendo em vista a função do governo de atender às necessidades da sociedade mediante as políticas públicas e das universidades públicas de garantir condições dos alunos concluírem o a graduação este trabalho se propôs analisar a implantação de políticas de Assistência Estudantil pela Universidade Federal do Ceará – UFC à luz do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Para tal, foi apreciada a teoria acerca de Gestão Pública, Gestão Universitária, Assistência Estudantil e apresentados o REUNI e o PNAES. Em seguida investiu-se em Análise Documental de registros da UFC entre o momento imediatamente anterior ao lançamento dos Programas citados e desde então até o ano anterior ao estudo, 2012. Os dados apontaram o elevado atendimento da Universidade às diretrizes impostas, execução das práticas sugeridas tanto pela teoria quanto pela regulamentação nacional, mas deficiência em frentes como políticas de transporte, creche e acessibilidade. A conclusão do trabalho sugere a investigação de quais serviços de Assistência Estudantil seriam úteis ao público que a UFC assiste, aperfeiçoamento dos processos gerenciais além da Assistência Estudantil e incremento do Corpo Técnico-Administrativo para atendimento à demanda crescente consequente das ações executadas com sucesso devido ao REUNI.

Palavras-chave: Reestruturação, Assistência, Universidade.

ABSTRACT

Given the function of government to meet the needs of society through public policies and the function of public universities to ensure ways to students complete the graduation, this work proposes to analyze on the implementation of Student Assistance policies at Federal University of Ceará - UFC in accord to the Support Programme for the Restructuring and Expansion of Federal Universities - REUNI and the National Programme in Support to Student Assistance - PNAES. To this end, the theory was assessed on Public Management, University Management, Student Assistance, REUNI and PNAES. Then invested in Document Analysis of UFC records between the time immediately prior to the launch of the Programs mentioned and from then until the year prior to the study, 2012. The data showed the high attendance at the University guidelines imposed, execution of the practices suggested both by theory and by the national legislation, but deficiency in policies as transport, childcare and accessibility. The conclusion of the paper suggests the investigation of which Student Assistance services would be useful to the public that UFC assists, improvement of management processes beyond Student Assistance, increment of the backoffice for meeting the growing demand resulting from actions performed successfully due to REUNI.

Key-words: Restructuring, Assistance, University.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01: Políticas de auxílio ou bolsa permanência.

Quadro 02: Políticas de alimentação.

Quadro 03: Políticas de transporte.

Quadro 04: Políticas de moradia.

Quadro 05: Políticas de creche.

Quadro 06: Políticas de saúde física e mental.

Quadro 07: Políticas de atendimento a pessoa com deficiência.

Quadro 08: Metas da UFC de adesão ao REUNI na Dimensão de Compromisso Social da Instituição.

Tabela 01: Dados do Processo Seletivo Anual da UFC - 2005 a 2011.

Tabela 02: Síntese dos resultados da extensão - 2002 a 2011.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Evolução do número de alunos matriculados na graduação presencial - 2007 a 2011.

Gráfico 02: Incremento no Programa de Residência Universitária.

Gráfico 03: Bolsas de Assistência.

Gráfico 04: Bolsa de Assistência - Valor Unitário.

Gráfico 05: Bolsa de Assistência - Valor Total.

Gráfico 06: Refeições servidas pelo Restaurante Universitário (x 1.000).

Gráfico 07: Custo de Manutenção do Restaurante Universitário (x 1 milhão).

Gráfico 08: Receita gerada pelo Restaurante Universitário (x 1 milhão).

Gráfico 09: Relação Receita/Custo do Restaurante Universitário (x 1 milhão).

Gráfico 10: Alunos beneficiados com ajuda de custo.

Gráfico 11: Investimento em ajuda de custo (x 1.000).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BOA – *Board of Advisers*.

CAPES – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior.

CONSUNI – Conselho Universitário.

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis.

ICA – Instituto de Cultura e Arte.

IEFES – Instituto de Educação Física e Esportes.

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

LABOMAR – Instituto de Ciências do Mar.

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

LOA – Lei Orçamentária Anual.

MAPRO – Projeto de Mapeamento dos Processos da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFC.

MEC – Ministério da Educação.

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional.

PET – Programa de Educação Tutorial.

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil.

PPA – Plano Plurianual.

PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação.

PROPAG - Programa de Orientação e Operacionalização da Pós-Graduação Articulada à Graduação.

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

RU – Restaurante Universitário.

SD – Sem Dados.

SiSU – Sistema Unificado de Seleção.

UFABC – Universidade Federal do ABC.

UFC – Universidade Federal do Ceará.

UFCA – Universidade Federal do Cariri.

UFCSPA - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre.

UFDG – Universidade Federal da Grande Dourados.

UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul.

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará.

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

UFTPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas.

UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

UNILAB – Universidade Internacional da Integração Lusofonia Afro-Brasileira.

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 GESTÃO PÚBLICA: Planejamento no Governo e na Universidade	19
1.1 O Papel do Governo	19
1.2 O Governo e a Função Planejamento	19
1.3 Gestão Universitária	22
2 REUNI, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PNAES	25
2.1 Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI	25
2.2 Assistência Estudantil	26
2.3 Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES	27
3 METODOLOGIA	33
3.1 Universidade Federal do Ceará	34
4 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ E REUNI: Avanços Observados após Implantação	36
4.1 Adesão da UFC ao REUNI	39
4.2 Análise Documental	41
4.3 Análise de Entrevista	45
4.4 Apreciação Final	47
5 CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS	49
ANEXOS	52
APÊNDICE	56

INTRODUÇÃO

Norberto e Lima (2006) afirmam que a universidade precisa “reinventar a si mesma” para tornar-se apta a agir de uma forma inédita em comparação ao seu conceito construído desde a Revolução Industrial. À universidade é apresentado o desafio “estratégico e fundamental” de “ajudar a redesenhar a economia globalizada, as novas formas de trabalho, as organizações econômico virtuais”.

Segundo estar autoras, uma vez seguro pelos pilares de ensino, pesquisa e extensão, o papel da universidade vai além da proposta de atender às exigências do mercado para garantir uma formação que prepare seus alunos para o exercício profissional e atuação correta na sociedade. É necessário capacitar o aluno “a provocar mudanças quando inserido no meio social, e também desenvolver no aluno o espírito crítico para acompanhar as mudanças vertiginosas que ocorrem no ambiente externo e afetam consideravelmente a sociedade como um todo” (NORBERTO; LIMA, 2006, PÁG. 24-) e essa capacitação se fará através de uma visão multidisciplinar.

No raciocínio de qual comportamento é mais adequado ao contexto em que a universidade se insere, que é vital responder “aos grandes desafios provocados pelas mudanças ocorridas na vida cotidiana” através da “reprogramação dos sistemas educacionais que devem formar profissionais capazes de enfrentar este novo desafio e de prestar serviços adequados e responsivos às novas necessidades de mercado” (NORBERTO; LIMA, 2006, PÁG. 24-).

Quando um estudante ingressa ao Ensino Superior, esse usuário pode desenvolver uma série de dúvidas e necessidades que se esperam ser atendidos pela própria universidade através de serviços oferecidos por ela. Em pouco tempo é possível começar a ter conhecimento de inúmeros desses serviços e esse leque mantém se expandindo no decorrer da vivência acadêmica.

Para o desenvolvimento desse trabalho, o interesse por esse tema e consequente motivação acerca dos serviços da universidade se deu pelo aproveitamento de uma combinação de experiências advindas de diversas naturezas: como bolsista de Administração, bolsista CNPq de Iniciação Científica, aluno da Casa de Cultura Britânica, no envolvimento em eventos acadêmicos seja enquanto organização (IV e V Seminário de Pensamento Estratégico de Marketing - SPEM, e Encontros Universitários de 2011 e 2012), como autor de trabalho (Encontros Universitários 2009 e 2011), e expectador (III SPEM, Encontros Universitários 2010, e IV, V e VI Seminário de Estudos Organizacionais – SEO),

participando em inúmeras edições da FEAAC Cultural e Festival UFC de Cultura, e na participação ativa como bolsista do Projeto de Mapeamento dos Processos da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – MAPRO.

No MAPRO, mais uma vez, foi possibilitada a descoberta de diversos serviços que apoiam a Vivência Acadêmica, conhecendo o funcionamento da Residência Universitária, do Restaurante Universitário, do Desporto Universitário, do Atendimento Clínico Psicológico, Atendimento Psicossocial e Psicopedagógico, da Ajuda de Custo para participação em eventos acadêmicos e da Bolsa de Iniciação Acadêmica.

Houve, portanto, o entendimento de que a investigação de como se deu a viabilização de tantos serviços de Assistência Estudantil ilustrasse o potencial que a Universidade tem em desenvolver serviços nos pilares de ensino, pesquisa e extensão além do essencial.

Para a pergunta chave desse estudo, levanta-se a questão:

Como a UFC agiu frente ao REUNI e regulamentação nacional referente a Assistência Estudantil?

Como hipótese de resposta a essa pergunta, apresenta o seguinte:

A UFC aperfeiçoou os serviços exigentes e adotou novos serviços referentes às diretrizes contempladas pelo REUNI, incluindo Assistência Estudantil.

Partindo dessa hipótese, surgiu como objetivo geral:

Investigar a resposta da UFC à regulamentação nacional federal da união referente à assistência estudantil, e como objetivos específicos: 1) Identificar as diretrizes estabelecidas na UFC em consequência do REUNI; 2) Estabelecer um comparativo entre as ações da UFC em relação a Assistência Estudantil com a teoria apreciada; 3) Estabelecer um comparativo entre as ações da UFC em relação a Assistência Estudantil com as diretrizes previstas pelo PNAES.

Esse trabalho é composto por 5 capítulos, além dessa Introdução. O próximo capítulo trata de Gestão Pública e Gestão Universitária relacionando esses temas com o com as peculiaridades da sociedade brasileira contemporânea. O capítulo seguinte apresenta o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, apreciação teórica acerca de Assistência Estudantil e o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. A metodologia aplicada e caracterização do objeto de estudo compõe o capítulo 3. O capítulo 4 apresenta e analisa os dados coletados em análise documental e entrevista. A conclusão é o conteúdo do quinto capítulo. Após o capítulo 5, encontram-se as Referências e Anexos.

1 GESTÃO PÚBLICA: Planejamento no Governo e na Universidade

Esse capítulo aborda a relação do Governo com a população que demanda serviços básicos e com os agentes públicos que operacionalizam esses serviços, à vista da Teoria do Principal-Agente e função de planejamento.

Em seguida à Gestão Pública é vinculada à Gestão Universitária explanando as ferramentas propostas para a viabilização do fim principal Educação e serviços complementares.

1.1 O Papel do Governo

Para ilustrar de forma breve um desafio quanto a problema e solução atual para a gestão pública, pode-se observar a afirmação de Galeno (2012, pág. 66) de que “a cultura burocrática ainda presente nas instituições públicas, torna-se um empecilho para as mudanças necessárias objetivando uma Administração Pública Gerencial e Empreendedora”.

Já em relação à natureza do modelo democrático de gestão pública, sob a perspectiva da relação entre o agente e o principal, a democracia seria o regime sobre o qual a população, enquanto principal fundamental, orienta o governo e paga aos políticos, enquanto seus agentes, que configuram o setor público, o que os torna também agentes do governo. O setor público oferece um leque de programas que entregam bens e serviços à população e os benefícios aos quais eles levam poderiam ser chamados de valor social. O governo é responsável por articular e agregar a demanda a esses programas, mas precisa contratar agentes para entregá-los, e concluir esse trabalho com seus vários agentes e organizações implica em um custo ao governo. Assim se configura a relação entre principal e agente, lidando com como o valor social dos programas públicos se divide entre população, governo e agentes (LANE, 2005).

Migrando do aspecto da obrigação primária do governo para o desempenho dessa mesma instituição, observa-se que a importância de qualquer instituição sempre se associou ao tamanho de seu orçamento e tamanho do quadro de funcionários. “Obter resultados com um orçamento menor ou redução do quadro funcional não era tido, portanto, como ‘desempenho’ e poderia inclusive colocar a instituição em perigo” (GALENO, 2012, pág. 29) ao mesmo passo que “a não utilização de todos os recursos recebidos, em geral, acabava por convencer os responsáveis pela elaboração do orçamento de que as dotações do próximo ano fiscal poderiam, seguramente, ser reduzidas” (GALENO, 2012, págs. 29).

1.2 O Governo e a Função Planejamento

Uma mudança na abordagem sobre desempenho na gestão pública experimenta uma mudança graças aos seguintes pontos: a escassez de recursos, a crise no modo de

administrar em razão do esgotamento do modelo burocrático, e a baixa qualidade na prestação dos serviços públicos. Ganha-se então relevância a lógica fiscal “preocupada em controlar os *inputs* do sistema para evitar o aumento de custos e déficits fiscais, bem como a lógica gerencial que busca aumentar a eficiência e a efetividade da ação pública, com o propósito de obter melhores resultados” (GALENO, 2012, pág. 30).

Ilustra-se a necessidade de um novo padrão de gestão pública, observando-se maior orientação aos resultados, portanto privilegiando: migração do foco de meios para objetivos; planejamento estratégico; orçamento como instrumento de planejamento, gestão, controle e indicadores de desempenho. Galeno (2012) identifica que o novo direcionamento está em consonância com os requisitos da Emenda Constitucional Nº 19, de 1998: o aumento da eficiência; melhoria da qualidade; resgate da esfera pública como instrumento da expressão da cidadania.

Emergindo a necessidade de pensar antecipadamente sobre as ações públicas, explica-se que “o planejamento deve anteceder a execução do empreendimento” e o mesmo autor cita Silva (1996, apud, GALENO, 2012, pág. 40) que sugere que o planejamento apresente diagnóstico da situação existente; identificação da necessidade de bens e serviços; definição clara dos objetivos para a ação; discriminação e quantificação de metas e seus custos; avaliação dos resultados obtidos; e trabalho integrado.

Cardoso Jr. (2010) contextualiza que entre as décadas de 30 e 80 foram constituídas instituições de planejamento governamental que se esgotaram a partir da década de 90 com uma dominância liberal ideológica, econômica e política. A partir de então surge uma agenda que ganha força baseada no maior controle de gastos e de gestão pública com forte evidência sobre o planejamento, entretanto as instituições e ferramentas do planejamento são reconhecidas a um nível técnico-operacional, mas não estratégico, e passa a ser entendido de forma simplória como meio para a viabilização de ações considerando restrições orçamentárias.

Em suma, nesse novo cenário, as agendas de gestão e controle das ações e dos gastos públicos, voltadas fortemente para a racionalização de procedimentos relativos ao gerenciamento da burocracia e das funções de orçamentação e contabilidade, passaram a dominar o debate, a teoria e a prática da reforma do Estado no Brasil. Alastrou-se a percepção de que a partir da mera busca por eficiência (fazer mais com menos) seria possível chegar à eficácia e à efetividade das políticas públicas, isto é, seria possível o desenvolvimento de ações governamentais coordenadas e capazes de enfrentar as causas dos problemas sociais, econômicos, ambientais e culturais do país (SALGADO; FERNANDES, 2011, PÁG. 250).

Com necessidade de influenciar a função de planejamento principalmente em países em desenvolvimento, Galeno (2012) mostra que para atrelar as despesas às

necessidades da sociedade orientando-se aos resultados e não aos meios, além de criar os instrumentos para mensurá-los, no século XX, com incentivo da ONU, surgiu a metodologia do orçamento-programa.

O orçamento-programa, sendo um instrumento de planejamento governamental, põe em evidência as metas, objetivos e pretensões do Governo, consolidado em grupos de programas e ações que pretende executar num determinado período. Esses programas devem ser claros com metas bem definidas a serem alcançadas, com seus custos e fontes de financiamento (GALENO, 2012, p. 36).

Como principais ferramentas de controle e planejamento da gestão pública brasileira, o referido autor apresenta o Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA e comenta que é dado ao orçamento-programa o papel de facilitador da integração desses instrumentos de planejamento e orçamento no Brasil graças à transparência na alocação dos recursos e a análise dos resultados entregues.

Desde a década de 90, principalmente os países integrantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) experimentaram reformas da administração do aparelho estatal acompanhadas de mudanças que

[...] representam importantes marcos de modernização dos processos de planejamento e orçamento do setor público e objetivam uma administração menos burocrática e mais gerencial, ou seja, não importa apenas executar as ações conforme as leis/procedimentos previamente definidos, mas partir para uma efetiva orientação para resultados fundamentados em dois pressupostos: cobrança de resultados e problematização da realidade. [...] a problematização da realidade resulta na modernização do sistema de planejamento, focando nos problemas reais e que sejam factíveis de solução, deixando de lado os problemas constitutivos do diagnóstico para o planejamento tradicional (GALENO, 2012, pág. 65).

Apoiando a racionalidade de “cobrança de resultados” proposta acima, Lane (2005) defende que não importa a forma ou a estrutura que uma organização pública tenha do ponto de vista da Lei, o governo não pode dar nada por concluído a não ser que haja um acordo entre o governo e a organização pública acerca da entrega do serviço.

Salgado e Fernandes (2011) relata a falta de mobilização participação social na gestão pública em conjunto com a frequente comportamento rotulado dos gestores públicos desde burocratas até confundirem interesses públicos e particulares. Esse casamento leva a uma imagem negativa da máquina pública e seu pessoal que supri a sociedade de qualquer confiança na solicitação de serviços ou exigência de transparência e eficiência. Como consequência encontra-se o desenho de desonestidade do agente público, o que fornece a esse agente um risco de penalidades em se assumir responsabilidade por feitos extraordinários, ou fora do previsto.

Na ausência de uma sociedade atuante no exercício do controle social, prevalecem as posturas autocentradas da burocracia e muitas vezes se verifica o amálgama dos

seus interesses corporativos com os objetivos públicos que deveria realizar. Como consequência, há uma natural desconfiança no gestor público, e uma visão contrária à discricionariedade do administrador disseminada dentro e fora da administração. Esta visão alimenta uma cultura de cerceamento e de criminalização do agente público, incentivando o imobilismo, a postura do “não fazer” num ambiente no qual “quem se aventura e faz” assume muita responsabilidade e se sujeita à penalização (SALGADO; FERNANDES, 2011, p. 30).

Atente-se que pelos parágrafos anteriores, pode-se acompanhar que o funcionamento tem uma imagem de funcionamento moroso e de pouco valor agregado à sociedade enquanto que o papel do governo seria de atender às demandas sociais com programas de bens e serviços públicos que apresentassem reconhecido valor social por terem que suprissem necessidades da sociedade, com reconhecido valor social. Com escassez de recursos e um ciclo vicioso entre cultura de pouco controle social e passividade dos agentes públicos incentivados por comodidade ou medo, a partir da década de 90 no Brasil torna-se crescente a preocupação com planejamento das ações públicas, mesmo que inicialmente faça-se uma interpretação limitada da função de planejamento, que deve ser estratégica e não meramente técnico-operacional. Com o desenvolvimento e estabelecimento de ferramentas de controle e planejamento, experimenta-se a noção de que o planejamento deve não apenas estabelecer o destino dos recursos, mas apontar para os ganhos do resultado de cada ação bem pensada e executada.

1.3 Gestão Universitária

Uma vez que a universidade tem como objetivo formar profissionais que farão a gestão das instituições públicas e privadas, ainda que ela alcance esse objetivo acompanhado de produção do conhecimento e projetos de cidadania, se não forem experimentadas estratégias muito mais comprometidas com os fins, e que determinem os meios e os processos, essa instituição estará aquém de sua real importância, assim, o gerenciamento e o planejamento estratégicos oferecem-se como instrumentos ideais para exercer um papel que confirme essa importância por possibilitarem lidar com um ambiente mutável e suas exigências de forma que ajustem seus produtos e serviços a essas restrições. “São processo que desenham antecipadamente as ações da organização, considerando seu propósito, forças e fraquezas internas, perante às oportunidades e ameaças [...] fazendo contínua verificação da adequação dessas atividades com as mudanças [...] ocorridas ou esperadas” (NORBERTO; LIMA, 2006, pág. 240).

Quanto ao processo decisório, a universidade, diferentemente de entes manufatureiros ou comerciais, possui responsabilidade difusa contando com a participação de representantes internos e externos dos mais variados podendo incluir até ordens religiosas.

Quando se leva a função de planejamento estratégico para a realidade universitária, deve-se não apenas definir, mas redefinir sua identidade em prol dos objetivos e ambiente interno e externo (NORBERTO; LIMA, 2006).

Mesmo com o que se discute sobre a diferença de desempenho entre entes privados, públicos, de mercado ou com fins sociais, o planejamento estratégico apresenta-se como uma ferramenta que mesmo para universidades exige traços que o caracterizam relacionados a projeção, mas também a controle das ações e investimentos, como explicita-se no apresentado a seguir que amplia o conceito

[...] incorporando a ele atividades de controle estratégico das variáveis internas e externas à instituição de ensino, utilizando inclusive, indicadores de gestão, qualidade e desempenho, incluindo, ainda, as decisões de ajuste e realinhamento das ações internas das instituições, em face das mudanças ambientais ocorridas (TACHIZAWA; ANDRADE, 1999 apud NORBERTO; LIMA, 2006, págs. 246 e 247).

Os autores acima, por referirem-se a instituições de ensino, não descartam a necessidade de vincular o planejamento estratégico a atividades de controle estratégico interno e externo, indicadores de gestão, de qualidade e desempenho.

É retomado o fator de importância do envolvimento de vários *stakeholders* nos debates sobre a universidade quando os autores iniciam uma discussão sobre quais modelos são os mais adequados para a gestão, iniciando por uma proposta sistemática e metódica.

Uma abordagem da gestão estratégica ideal para a universidade deve ser sistemática e metodológica, de acordo com Tachizawa e Andrade (1999), e requer o envolvimento de técnicos, gestores, professores, alunos e até representantes externos de várias partes da sociedade, visando a garantir a maior eficiência e abrangência das estratégias institucionais. Tais participantes, por conhecerem a realidade nos diferentes níveis da instituição e da sociedade, permitem maiores ganhos quanto à seletividade dos dados e acúmulo de conhecimentos. Seria interessante a criação de grupos ou comitês de trabalho compostos por esses variados membros, para que, visualizando um direcionamento da instituição, trocassem ideias e experiências, ou seja, conhecimentos. Isso resultaria num aprendizado contínuo da própria organização (NORBERTO; LIMA, 2006, pág. 248).

São propostos mais dois modelos. O próximo refere-se a uma capacidade exemplar de adaptação ambiental que pode ser suportada pela prática de análises de causa e efeito de Ishikawa, ou gráfico espinha de peixe. A última alternativa trataria do BOA – *board of advisers*. Nessa terceira proposta, repete-se o envolvimento de vários agentes externos, mas o é de conselho e não de deliberação, que ao menos aproximasse a universidade à sociedade e fornecesse informações estratégicas para as atividades e decisões universitárias.

Tendo em vista críticas aos sistemas de gestão universitária, encontra-se uma que provavelmente caracterize umas das principais causas de falhas na entrega de serviços de qualidade aos usuários do sistema, principalmente alunos. Trata-se da do distanciamento entre

parte administrativa e acadêmica. Norberto e Lima (2006, págs. 250 e 251) defendem que “ambas, quando vistas pelo ‘cliente’, fazem parte da mesma estrutura e dirigem seus esforços para um objetivo comum”, e ainda consideram que

[...] esta separação é extremamente benéfica no momento de racionalizar as tarefas, mas extremamente maléfica quando os ocupantes dos cargos perdem a noção da finalidade do seu trabalho, ou seja, o benefício ao cliente final. Essa falta, certamente, prejudicará a qualidade de todo tipo de serviço e a imagem da instituição na sua totalidade (NORBERTO; LIMA, 2006, págs. 250 e 251).

Viero (2012) faz um apanhado geral da realidade do ensino superior no Brasil desde o período colonial e acusa peculiaridades. A instituição universidade chegou ao Brasil mais de 700 anos depois das primeiras universidades do mundo, presentes na Itália, França e Inglaterra. Quando a família real lusitana transfere-se para a colônia dá-se início a uma trajetória do ensino superior fortemente influenciada pelos conceitos gerados na Europa, berço das melhores universidades e para onde a elite brasileira enviava seus filhos para estudarem. Em um segundo momento percebe-se que a educação de nível superior já vai preparando-se não mais que para fornecer uma formação rápida em institutos isolados. No início do século XX, em 1930, são criadas as primeiras universidades de fato no Brasil: Universidade de São Paulo, estadual, e Universidade do Rio de Janeiro, federal. A partir dessas fundações percebe-se o ensaio da ação de universidades em seu devido papel, de formação para além do profissional, para além do mercado.

Instituídas a primeiras universidades de fato, a autora continua desenhando como se desenrolaram as políticas públicas acerca do assunto.

Esse capítulo conclui-se com o entendimento de que a universidade, em suas restrições de orçamento e cultura e em suas possibilidades de conhecimento e pessoal, molda-se sempre a atender um cliente principal que é o aluno exatamente por ser berço de conhecimento, ferramentas e melhores práticas, pode usar dessas ferramentas, como planejamento estratégico, para buscar o alcance ao estado da arte (NORBERTO; LIMA, 2006), mas pode-se entender a universidade também como fornecedora à sociedade como um todo quando os alunos podem ser vistos e tratados não apenas como clientes principais, mas sim como produto de um processo que deve agregar interdisciplinaridade a um profissional que estará disponível para o mercado e governo e atender às suas exigências, mudanças e desafios com ética e possibilidade de múltiplas soluções aos problemas apresentados.

No próximo capítulo encontra-se como que a o conteúdo presente nesse capítulo que se conclui, gestão pública, se desmembra para a realidade do ensino superior no Brasil entre 2007 e 2012.

2 REUNI, Assistência Estudantil e PNAES.

Nesse capítulo é abordado quais diretrizes o principal programa recente voltado para educação superior oferece para reestruturação e manutenção dessa atividade.

Serão apresentados o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, apreciação teórica acerca de Assistência Estudantil e o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

2.1 Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI

Salgado e Fernandes (2011, págs. 21 e 22) abordavam como está exposto a seguir a agenda nacional para fortalecimento da administração pública até a última década.

Inexistia, no âmbito da administração federal, uma agenda estruturada de fortalecimento institucional da administração pública. Sucessivas medidas adotadas desde 2005, durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, visaram recompor a força de trabalho das entidades e órgãos públicos e melhorar sua capacidade operacional, assim como ampliar e diversificar os mecanismos de representação, participação e deliberação social, embora estas iniciativas tenham sido pontuais e localizadas, sem o apoio em uma agenda estruturada de fortalecimento institucional da administração pública federal.

De encontro ao exposto pelos teóricos acima, foi estabelecido em 2007 o REUNI. Instituído pelo Decreto nº 6.096 de 2007, o REUNI objetiva “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007).

O documento de criação já estabelecia a meta de “elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (BRASIL, 2007). Além do objetivo e meta global, o decreto já estabeleceu as diretrizes abaixo a serem pulverizadas pelo sistema nacionais entre as universidades federais.

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

2.2 Assistência Estudantil

Norberto e Lima (2006, pág. 242) corroboram que a universidade “tem como um de seus produtos finais o aluno [...] devendo-se explorar suas habilidade e capacidades, por intermédio de conceitos e metodologias pedagógicas, preparando-o, deste modo, para participar ativamente da sociedade do conhecimento”.

Em relação à educação Finatti, Alves e Silveira (2007) defendem que forja-se um quadro extremamente injusto tanto no a níveis de ensino, quanto qualidade do que se oferece no sistema educacional brasileiro, e que a amostra da população que ingressa às IES brasileiras refletem de forma fiel a população brasileira no que diz respeito ao perfil socioeconômico.

Santos (2012, pág. 12) corrobora com os autores supracitados ao afirmar que “o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas de estudantes que ingressam nas IFES faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira”.

Contudo, o autor acima citado completa ainda que a viabilização de acesso dessa população ao ensino superior gratuito não esgota esse processo de democratização, pois muitos outros fatores influenciam na permanência ou evasão desses alunos, tendo em vista serem provenientes da rede pública, para a conclusão de cursos de graduação.

“Torna-se necessário a criação de mecanismos que possibilitem a essa população uma trajetória acadêmica com qualidade no sentido de vislumbrar melhores condições de vida e de poder contribuir para um projeto de sociedade mais equânime.” (SANTOS, 2012, PÁG. 12).

Santos (2012) retoma o ideal já apresentado por Viero (2012) no que se refere à universidade não apenas como local de passagem para formação de um profissional que atenda ao mercado após ter “adquirido” uma profissão e encerre aí o legado da instituição. Santos (2012) comenta uma abordagem igualitária da universidade, visando uma sociedade cada vez mais justa, com menos contradições e que possibilite ascensão social através da sua atividade fim de educação.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE (2007) também aborda o papel da universidade frente às dificuldades e pluralidade do seu público.

A missão da universidade cumpre-se à medida que gera, sistematiza e socializa o conhecimento e o saber, formando profissionais e cidadãos capazes de contribuir para o projeto de uma sociedade justa e igualitária. A universidade é uma expressão da própria sociedade brasileira, abrigando também as contradições nela existentes (FONAPRACE, 2007, PÁG. 4).

Dada a relação entre as particularidades da população que ingressa à universidade pública, a importância tanto para aluno quanto para governo e sociedade de que o ingressante conclua o curso e de preferência em tempo hábil, e a responsabilidade da universidade perante a sociedade surgem os instrumentos da Assistência Estudantil para viabilizar esse feito de conclusão do ensino superior pela população com vulnerabilidade socioeconômica e Raasch (2012, pág. 6) interpreta que tal vulnerabilidade “deixaria de ser uma variável negativa ou mesmo impeditiva do percurso universitário e, independentes dela, todos os estudantes deveriam ter igual acesso ao saber e à produção do conhecimento nas IFES”.

Silveira (2012) acrescenta que a criação de vagas destinadas a pessoas de camadas inferiores da sociedade não é o suficiente, pois se torna inadequado a partir do momento que essa entrada nas IFES acabam acarretando outros custos de manutenção do aluno no ensino superior que a família não terá condições de sustentar. A autora acrescenta uma definição à assistência estudantil.

Dessa forma, a assistência estudantil deve ser compreendida como um direito e seus recursos aplicados como investimento, pois suas consequências são a formação de jovens capacitados para desenvolverem-se e ocuparem papéis estratégicos na sociedade, efetivando a mobilidade social enquanto sujeitos emancipados (SILVEIRA, 2012, PÁG.49).

Em seguida, a referida autora lista as áreas que devem receber atuação da assistência estudantil: Condições de saúde; Acesso aos instrumentais necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento; Acompanhamento às necessidades educativas especiais; Moradia; Alimentação; Transporte; Recursos financeiros.

A esse formato de atuação das políticas de assistência estudantil, Gonçalves (2008) já previa que alcançassem não somente aspectos materiais essenciais, mas contemplassem também aspectos mentais, considerando o indivíduo como um todo, e defendia que sejam oferecidos serviços de atendimento pedagógico e psicossocial.

2.3 Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES

Quando fala do PNAES, Raasch (2012, pág. 6) interpreta como “representando um marco histórico e de essencial importância para proporcionar a igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público”.

O PNAES é disposto pelo Decreto nº 7.234 de 2010 e “tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010) e em seu Artigo 2º prevê os seguintes objetivos:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Em consonância com Gonçalves (2008) e Silveira (2012) supracitados, o decreto que dispões do PNAES prevê que as áreas de atuação do Programa são moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A partir dos quadros abaixo, são elencadas ações das mais diversas naturezas e relacionadas às diretrizes previstas pelo PNAES em 14 universidades federais de acordo como foi sistematizado e apresentado por Silveira (2012).

Quadro 01: Políticas de auxílio ou bolsa permanência.

	UNIVERSIDADE	AÇÕES DE PERMANÊNCIA
1.	UFGD	Programa Bolsa de Permanência, no valor de R\$ 300,00 reais. Aluno tem que participar de atividades extracurriculares.
2.	UFRB	Auxílio permanência, parte do Programa de Permanência Qualificada, no valor de R\$ 300,00 reais; contrapartida: a participação em projetos institucionais.
3.	UFTM	Não foi encontrada nenhuma ação.
4.	UFERSA	Programa Institucional Permanência, dividido em dez modalidades.
5.	UNIFAL	Auxílio permanência, parte do Programa de Assistência Estudantil, no valor de R\$ 200,00 reais.
6.	UFVJM	Programa Bolsa Permanência, dividida nas modalidades: Bolsa Acadêmica ou Bolsa Atividade.
7.	UFTPR	Programa Bolsa Permanência dividido em auxílio-alimentação e auxílio básico.
8.	UFABC	Programa Bolsa Permanência, no valor de R\$ 400,0 reais; contrapartida: a participação em atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão.
9.	UFCSPA	Auxílio permanência no valor de R\$ 330,00.
10.	UNIPAMPA	Programa Bolsa de Permanência, dividido em Auxílios Alimentação, Moradia e Transporte.
11.	UFFS	Programa Bolsa Permanência, valor entre R\$ 150,00 a R\$ 300,00 reais.
12.	UFOPA	Programa Bolsa Permanência desmembrado em auxílios: alimentação, transporte, moradia, material didático-pedagógico.
13.	UNILA	Programa Bolsa de Permanência; contrapartida: participação em projetos.
14.	UNILAB	Não foi encontrada nenhuma ação.

Fonte: Silveira, 2012, pág. 82.

Em apenas 2 das instituições apresentadas não foi detectada qualquer forma de auxílio permanência. Das universidades que apresentam o auxílio, foi identificado com

frequência a prática de divisão do auxílio em modalidades como auxílio básico, alimentação, moradia, transporte e material didático-pedagógico, chegando a até 10 modalidades na mesma universidade. Entre as universidades com o valor unitário mais elevado, é exigido que o aluno exerça atividades extracurriculares em prol da universidade nas áreas de ensino, pesquisa, extensão.

Quadro 02: Políticas de alimentação.

	UNIVERSIDADE	AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO
1.	UFGD	Auxílio alimentação, no valor de R\$ 150 reais; Possui Restaurante universitário; alguns são alunos isentos do pagamento das refeições.
2.	UFRB	Auxílio alimentação; Possui Restaurante universitário; alguns são alunos isentos do pagamento das refeições.
3.	UFTM	Auxílio alimentação, no valor de R\$ 7 reais o dia; Restaurante universitário em construção.
4.	UFERSA	Bolsa Apoio à alimentação; Possui Restaurante universitário; alguns são alunos isentos do pagamento das refeições.
5.	UNIFAL	Possui Restaurante universitário; Auxílio alimentação no valor de R\$ 100 reais.
6.	UFVJM	Restaurante universitário em construção; Auxílio alimentação.
7.	UFTPR	Possui Restaurante universitário.
8.	UFABC	Auxílio alimentação; Possui Restaurante universitário.
9.	UFCSPA	Bolsa alimentação, no valor de R\$ 7 reais/dia; Auxílio alimentação na forma de isenção em restaurante conveniado de outra instituição.
10.	UNIPAMPA	Auxílio alimentação, no valor de R\$ 130 reais. Cantinas em construção.
11.	UFFS	Restaurante universitário em construção. Auxílio alimentação, no valor de R\$ 80 reais.
12.	UFOPA	Auxílio alimentação, no valor de R\$ 100 reais.
13.	UNILA	Auxílio alimentação por meio de cartão vale-alimentação no valor de R\$ 300 reais.
14.	UNILAB	Possui Restaurante universitário.

Fonte: Silveira, 2012, pág. 88.

A ação mais comum entre as universidades observadas foi o de Auxílio Alimentação em forma de bolsa mensal ou diária ou cartão para alimentação. As duas únicas que não apresentam Auxílio Alimentação apresentam Restaurante Universitário ou construção desse equipamento, que é a segunda ação mais frequente. Há ainda benefícios em forma de isenção de alguns alunos à taxa do RU, convênio com RU de outras instituições ou cantinas em construção.

Quadro 03: Políticas de transporte.

	UNIVERSIDADE	AÇÕES DE TRANSPORTE
1.	UFGD	Não foi identificada nenhuma ação.
2.	UFRB	Auxílio transporte no valor de R\$ 200 reais.
3.	UFTM	Auxílio transporte no valor de R\$ 100 reais.
4.	UFERSA	Bolsa Apoio ao transporte no valor de R\$ 120 reais.
5.	UNIFAL	Não foi identificada nenhuma ação.
6.	UFVJM	Auxílio transporte.
7.	UFTPR	Não foi identificada nenhuma ação.
8.	UFABC	Auxílio transporte.
9.	UFCSPA	Bolsa transporte, no valor de R\$ 220 reais.
10.	UNIPAMPA	Auxílio transporte, no valor de R\$ 70 reais.
11.	UFFS	Auxílio transporte, no valor de R\$ 50 reais.
12.	UFOPA	Não foi identificada nenhuma ação.
13.	UNILA	Auxílio transporte.
14.	UNILAB	Auxílio transporte.

Fonte: Silveira, 2012, pág. 90.

Em 4 das 14 instituições observadas não há políticas de Auxílio de Transporte. Nas 10 que apresentaram, o auxílio é monetário e o valor, entre os informados, varia de R\$ 50 a R\$ 220.

Quadro 04: Políticas de moradia.

	UNIVERSIDADE	AÇÕES DE MORADIA
1.	UFGD	Moradia estudantil em fase de construção.
2.	UFRB	Residência estudantil. Auxílio moradia no valor de R\$ 300 reais.
3.	UFTM	Auxílio moradia no valor de R\$ 200 reais.
4.	UFERSA	Possui moradia estudantil.
5.	UNIFAL	Auxílio moradia no valor de R\$ 200 reais.
6.	UFVJM	Moradia estudantil em fase de construção; Auxílio moradia, valor não identificado.
7.	UFTPR	Não identificada nenhuma ação.
8.	UFABC	Auxílio moradia no valor de R\$ 300 reais.
9.	UFCSPA	Bolsa moradia, valor não identificado.
10.	UNIPAMPA	Auxílio moradia, no valor de R\$ 200 reais. Projeto de construção de residências estudantis.
11.	UFFS	Auxílio moradia, no valor de R\$ 120 reais.
12.	UFOPA	Auxílio moradia, no valor de R\$ 300 reais.
13.	UNILA	Residência estudantil.
14.	UNILAB	Auxílio moradia, valor não identificado.

Fonte: Silveira, 2012, pág. 85.

Apenas uma universidade não apresentou ação relacionada a moradia. 3 possuem Residência Universitária e 3 estão construindo esse equipamento. 10 das 14 universidades oferecem Auxílio Moradia de ou R\$ 120, ou R\$ 200, ou R\$ 300.

Quadro 05: Políticas de creche.

	UNIVERSIDADE	AÇÕES DE CRECHE
1.	UFGD	Possui creche na universidade.
2.	UFRB	Auxílio creche, no valor de R\$ 150 reais.
3.	UFTM	Não foi identificada nenhuma ação.
4.	UFERSA	Auxílio creche, no valor de R\$ 140 reais.
5.	UNIFAL	Auxílio creche, no valor de R\$ 100 reais.
6.	UFVJM	Auxílio creche, no valor de R\$ 100 reais.
7.	UFTPR	Não foi identificada nenhuma ação.
8.	UFABC	Auxílio creche, valor não identificado.
9.	UFCSPA	Não foi identificada nenhuma ação.
10.	UNIPAMPA	Não foi identificada nenhuma ação.
11.	UFFS	Não foi identificada nenhuma ação.
12.	UFOPA	Não foi identificada nenhuma ação.
13.	UNILA	Não foi identificada nenhuma ação.
14.	UNILAB	Não foi identificada nenhuma ação.

Fonte: Silveira, 2012, pág. 91.

Apenas 1 universidade verificada contempla a Política de creche com creche na universidade e outras 4 com Auxílio Creche de R\$ 100 a R\$ 150. Há ausência de práticas dessa natureza nas demais 9 instituições verificadas.

Quadro 06: Políticas de saúde física e mental.

	UNIVERSIDADE	AÇÕES DE SAÚDE FÍSICA E MENTAL
1.	UFGD	Não foi identificada ação.
2.	UFRB	Atendimento psicológico; Auxílio promoção à saúde.
3.	UFTM	Projetos de orientação na área da saúde.
4.	UFERSA	Assistência médico-odontológica; Serviço de psicologia.
5.	UNIFAL	Não foi identificada ação.
6.	UFVJM	Não foi identificada ação.
7.	UFTPR	Não foi identificada ação.
8.	UFABC	Auxílio saúde.
9.	UFCSPA	Programa de atividade física e saúde.
10.	UNIPAMPA	Não foi identificada ação.
11.	UFFS	Atendimento psicológico.
12.	UFOPA	Não foi identificada ação.
13.	UNILA	Não foi identificada ação.
14.	UNILAB	Não foi identificada ação.

Fonte: Silveira, 2012, pág. 92.

Em 8 das universidades observadas não há qualquer programa divulgado de apoio à saúde física e mental. 3 universidades apresentam atendimento psicológico. Surge ainda práticas em forma de projetos de promoção e orientação à saúde, assistência médico-odontológica, programas de atividades físicas ou Auxílio Saúde.

Quadro 07: Políticas de atendimento a pessoa com deficiência.

	UNIVERSIDADE	
1.	UFGD	Não foi identificada ação.
2.	UFRB	Núcleo de políticas de inclusão.
3.	UFTM	Núcleo de Acessibilidade.
4.	UFERSA	Bolsa portador de necessidade especial.
5.	UNIFAL	Núcleo de Acessibilidade Institucional.
6.	UFVJM	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão.
7.	UFTPR	Não foi identificada ação.
8.	UFABC	Não foi identificada ação.
9.	UFCSPA	Não foi identificada ação.
10.	UNIPAMPA	Nina – Núcleo de Inclusão e Acessibilidade
11.	UFFS	Não foi identificada ação.
12.	UFOPA	Não foi identificada ação.
13.	UNILA	Não foi identificada ação.
14.	UNILAB	Não foi identificada ação.

Fonte: Silveira, 2012, pág. 95.

As práticas de atendimento a pessoa com deficiência é contemplada em 6 das 14 universidade verificadas na forma de núcleos de apoio à acessibilidade e inclusão ou Bolsa Portador de Necessidade Especial.

Como conclusão desse capítulo verifica-se que já está claro o papel da Assistência Estudantil no contexto das universidades brasileiras, mas entre as federais algumas políticas ainda devem ser mais amplamente observadas atentando-se sempre para o perfil do público da instituição e quais políticas se adéquem na sua agenda.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, sendo constituída por um estudo descritivo, com o objetivo de identificar e obter informações sobre as características de uma questão (COLLIS; HUSSEY, 2005), que no estudo refere-se a “Como a UFC agiu frente à regulamentação nacional referente à assistência estudantil?”.

O método utilizado é qualitativo, utilizando-se de diferentes fontes de dados. Como método de coleta de dados, serão utilizadas três fontes de evidências: entrevista, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

A entrevista, técnica de pesquisa que fornece informações, dados e evidências, permitindo o entendimento do ponto de vista do pesquisador quanto à questão estudada (MARTINS; THEÓPHILO, 2007), foi realizada junto ao Coordenador de Gestão Estratégica e Planejamento da Pró-Reitoria de Planejamento da UFC e dificuldades de implantação do REUNI, o que possibilitou o sucesso das ações, principais resultados e perspectivas.

A partir do levantamento de referências em diferentes meios, constituindo assim, uma pesquisa bibliográfica (MARTINS; THEÓPHILO, 2007). Para isso, utilizaram-se trabalhos acadêmicos, tais como artigos científicos, teses, dissertações e monografias e livros sobre o objeto de estudo.

Para fortalecer a investigação, também foi utilizado o método de pesquisa documental (MARTINS; THEÓPHILO, 2007), com acesso a relatórios internos da PRAE e relatórios publicados anualmente no site da UFC, os Relatórios de Gestão que ofereceram informações sobre os investimentos e serviços oferecidos pela Universidade.

Para a documentação referente à adesão da UFC ao REUNI, foi feita a leitura que identificasse em quais diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 6.096 (2007) a Universidade alocou suas metas e ações, da mesma forma em comparação à teoria apreciada.

Os Relatórios de Gestão da UFC de 2004 a 2011, exceto os anos de 2005 e 2006, e relatórios internos da PRAE foram compilados contemplando dados acerca de Bolsas de Assistência Estudantil, Restaurante Universitário e Residência Universitária. A evolução desses dados gerou séries históricas que permitem observar a tendência das ações e investimentos.

A entrevista com o Coordenador de Gestão Estratégica e Planejamento da Pró-Reitoria de Planejamento da UFC foi analisada visando identificar pontos relevantes em consonância com a teoria apreciada e pontos críticos do processo de implantação do REUNI na Universidade, desafios, o que proporcionou o êxito praticado pela UFC e perspectivas de continuidade.

3.1 Universidade Federal do Ceará

A Universidade Federal do Ceará – UFC é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação criada em 16 de dezembro de 1954 e instalada em 25 de junho do ano seguinte após envolvimento e exigências da população cearense ao então Ministro da Educação Professor Clemente Mariani Bittencourt, Governador Desembargador Faustino Albuquerque no início do processo de criação e Governador Eleito Paulo Sarasate à ocasião da fundação e Presidente Getúlio Vargas (UFC, 2011; UFC, 2013).

Desde sua fundação, a Universidade recebeu de seu fundador, Professor Antônio Martins Filho, o lema “O universal pelo regional” referindo-se à atuação local da UFC com aplicação de conhecimento universal (UFC, 2013b).

A seguir a missão da Universidade:

A missão da Universidade é formar profissionais da mais alta qualificação, gerar e difundir conhecimentos, preservar e divulgar os valores éticos, científicos, artísticos e culturais, constituindo-se em instituição estratégica para o desenvolvimento do Ceará, do Nordeste e do Brasil (UFC, 2013b).

A seguir, pode-se apreciar a visão adotada.

Consolidar-se como instituição de referência no ensino de graduação e pós-graduação (*stricto e lato sensu*), de preservação, geração e produção de ciência e tecnologia, e de integração com o meio, como forma de contribuir para a superação das desigualdades sociais e econômicas, por meio da promoção do desenvolvimento sustentável do Ceará, do Nordeste e do Brasil (UFC, 2013b).

Concluindo os pontos chave de identificação da UFC, segue seu compromisso. “Como Universidade, cultivamos o saber. Como Universidade do Ceará, servimos ao meio. Realizamos assim o Universal pelo Regional” (UFC, 2013b).

A instituição inicialmente foi formalizada com a união das Faculdades de Direito, Agronomia, Medicina e Farmácia e Odontologia, embora à época já estivessem em funcionamento as Faculdades de Ciências Econômicas, Enfermagem, Filosofia e Serviço Social. “A Universidade Federal do Ceará chega hoje com praticamente todas as áreas do conhecimento representadas em seus campi” (UFC, 2011; UFC, 2013).

As atividades da UFC acontecem em 02 *campi* em Fortaleza (Pici, Benfica e Porangabussu) e 03 no Interior do Estado (Sobral, Cariri e Quixadá) com projetos para criação de mais 02 *campi* em Crateús e Russas e a transformação do *Campus* do Cariri na Universidade Federal do Cariri até 2014 onde se encontram 16 Unidades Acadêmicas que estão reconhecidas como Centros, Faculdades ou Institutos (UFC, 2011; UFC 2013).

O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI contemplava ampliação da oferta de vagas, garantia de mobilidade acadêmica e permanência dos estudantes, formação continuada de professores e fortalecimento da assistência estudantil, metas estas atingidas até 2012, inclusive (UFC, 2013).

Além da Administração Superior, a universidade é regida pela Administração Acadêmica.

Os departamentos são coordenados por unidades, com a denominação de Centros ou Faculdades. Os departamentos constituem a menor fração da estrutura universitária, para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científico, bem como de distribuição de pessoal, exceto nos casos dos campi de Sobral, Cariri, Quixadá e dos Institutos de Ciências do Mar – LABOMAR, Cultura e Arte – ICA, Universidade Virtual – UFC Virtual e de Educação Física e Esportes - IEFES, nos quais as unidades acadêmicas são constituídas pelas coordenações dos cursos (UFC, 2013).

Entre os órgãos que atualmente exercem a Administração Superior da universidade está o CONSUNI: “O Conselho Universitário (órgão colegiado com representação estudantil) é o órgão superior deliberativo e consultivo para traçar a política universitária e decidir em matéria de administração, inclusive gestão econômico-financeira” (UFC, 2013).

4 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ E REUNI: Avanços Observados após Implantação

Nos primeiros anos houve de funcionamento da Universidade houve um avanço quase vegetativo da universidade justificado pela não adesão da desta ao processo de reforma proposto pelo governo federal nos anos 60, a crise do Estado nos anos 80 a 90 que atingiram especialmente o atendimento às Universidades Federais, por fim a deficiente estrutura do ensino médio no Ceará que comprometeu a demanda por aumento de vagas de ensino superior nesse período (UFC, 2013).

Já em 2001 foi instalado o curso de Medicina em Sobral e Cariri e em 2006 houve considerável expansão para o interior com o Programa de Expansão das Universidades Federais que na UFC efetivou-se com a implantação dos *campi* de Sobral e Cariri e em 2007 do *Campus* de Quixadá (UFC, 2013).

O ano de 2007 pode ser considerado um marco com a adesão da UFC ao Programa de Reestruturação das Universidades Federais – REUNI. A partir desse ponto uma série de mudanças estruturais alavancaram a prestação de servidos da universidade e seu impacto à sociedade local e regional.

Incremento de 54% de vagas na graduação, criação de 30 cursos, 4 Unidades Acadêmicas, atualização de todos os projetos pedagógicos de cursos, aumento de corpo docente em mais 600 professores entre 2009 e 2012. Os *campi* do interior passaram a oferecer 560 vagas em 11 cursos no Cariri, 400 vagas em 8 cursos em Sobral e 150 vagas em 3 cursos de Quixadá, iniciou a formação da Universidade Federal do Cariri – UFCA a partir do *Campus* do Cariri e dos *campi* de Russas e Crateús. A UFC é uma das pioneiras na adesão integral do SiSU (Sistema de Seleção Unificado) desenvolvido pelo MEC como forma de acesso ao ensino superior (UFC, 2013).

A Pró-Reitoria de Graduação passou a oferecer 280 bolsas nos Programas de Educação Tutorial – PET, 700 bolsas de monitoria além de selecionar 700 monitores voluntários, 250 bolsas para o Programa de Aprendizagem Cooperativa, conta com 650 alunos de pós-graduação no Programa de Orientação e Operacionalização da Pós-Graduação Articulada à Graduação – PROPAG, e oferece ainda outras 250 bolsas e diversos projetos da graduação (UFC, 2013).

No que tange à Pós-Graduação desde 2007, foram criados 20 cursos, houve aumento em vários cursos do Conceito CAPES, avaliação feita pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES, ligada ao MEC, foram titulados

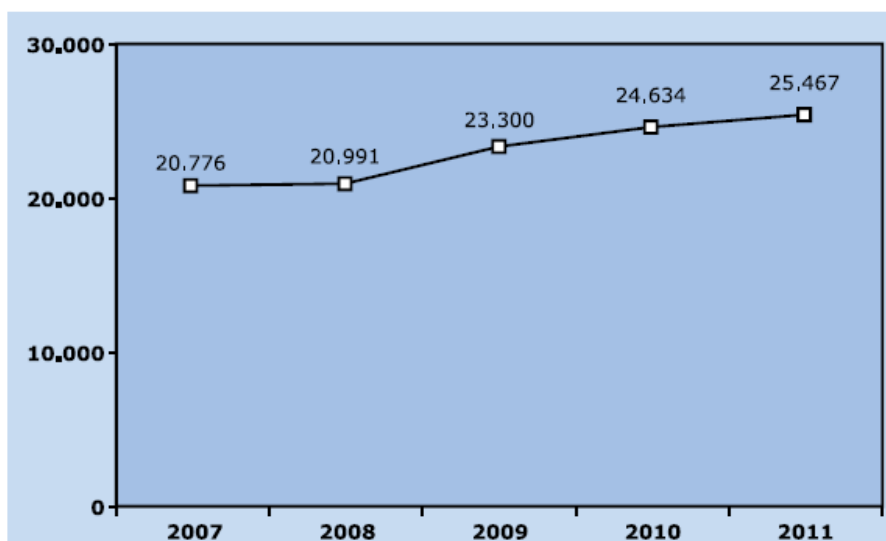
3.904 mestres e 893 doutores, com um incremento de 185% e 225% de bolsas dessas modalidades respectivamente, totalizando um investimento da ordem de R\$ 1.000.000,00 entre 2007 e 2012, concedeu-se 240 bolsas de doutorado sanduíche em 2001 e 335 em 2012 e foi viabilizada a publicação de 24 livros através de edital. O Núcleo de Inovações Tecnológicas registrou 54 patentes e tinha 8 patentes em processo de elaboração em 2011 (UFC, 2013).

Até 2011 há registro de que a UFC conta com um quadro de 2.052 docentes, sendo 1.346 (65,6%) doutores e 548 (26,7%) mestres, e 3.458 técnico-administrativos, sendo 2.110 (61%) com ensino superior completo. Os 5.500 servidores da UFC atendem a mais de 40.000 discentes: 26.956 alunos de graduação matriculados em 110 cursos presenciais, mais de 6.000 alunos recebidos por 09 cursos semipresenciais e 7.641 alunos de pós-graduação matriculados em 58 especializações, 07 mestrados profissionais, 41 mestrados acadêmicos e 36 doutorados (UFC, 2011; UFC, 2013).

Os quadros abaixo refletem a situação das ofertas de vagas para graduação nos anos de 2007 a 2011.

O Gráfico 01 aponta tendência de crescimento do número de vagas desde imediatamente após o lançamento do REUNI. Desde então, de acordo com o gráfico, o incremento foi de 22,5% no quadro de vagas, mas deve-se considerar que esse incremento real em relação à graduação é superior, pois o gráfico não contempla as vagas de cursos criados para o ensino à distância em diversas áreas, incluindo bacharelado em Administração com foco em Gestão Pública e licenciaturas e bacharelados em outros cursos.

Gráfico 01: Evolução do número de alunos matriculados na graduação presencial - 2007 a 2011.



Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional. UFC, 2013.

Na Tabela 01 evidencia-se o salto no número de inscrições ao vestibular justificado pela adesão da UFC ao SiSU.

Tabela 01: Dados do Processo Seletivo Anual da UFC - 2005 a 2011.

	INDICADORES		
	Candidatos inscrites no vestibular	Vagas ofertadas	Relação candidato/vaga
2005	42.616	3.625	11,76
2006	36.719	3.605	10,19
2007	37.771	4.045	9,34
2008	31.328	4.085	7,67
2009	32.490	4.484	7,25
2010	44.156	5.524	7,99
2011*	118.221	5.724	20,85

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional. UFC, 2013.

A Tabela 02 ilustra os impactos das ações de Extensão recentes da universidade.

Tabela 02: Síntese dos resultados da extensão - 2002 a 2011.

	Ações de extensão	Convênios de estágios firmados	Número de estagiários	População beneficiada
2002	385	183	1.328	28.617
2003	270	180	1.385	15.312
2004	268	226	1.551	51.321
2005	281	92	1.909	70.100
2006	310	946	1.830	75.000
2007	589	825	2.104	777.958
2008	685	582	2.058	861.555
2009	718	1.072	2.727	832.257
2010	686	970	3.316	821.170
2011	869	1.165	3.951	723.683

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional. UFC, 2013.

Além das ações de ensino, a UFC alcança diretamente uma população beneficiada de 723.683 em todo o Estado através de aproximadamente 869 iniciativas de extensão em comparação a um público de 28.617 usuários de 385 iniciativas em 2002 (UFC, 2013).

O apresentado acima evidencia o sucesso da UFC no atendimento ao objetivo central do REUNI de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007).

4.1 Adesão da UFC ao REUNI

O REUNI, quando instituído por decreto, apesar de valor de lei, deveria aguardar adesão das universidades federais para que se desse início sua operacionalização. No mesmo ano de instituição do REUNI, a UFC publicou uma carta de adesão indicando como seria sua participação em colaboração ao REUNI. Abaixo, as metas e ações estabelecidas em relação a assistência estudantil e os comentários em seguida.

Quadro 08: Metas da UFC de adesão ao REUNI na Dimensão de Compromisso Social da Instituição.

Metas da UFC de adesão ao REUNI na Dimensão de Compromisso Social da Instituição	
META 01: Implementar o Plano de Assistência Estudantil da UFC até o final do ano de 2008.	AÇÃO 01: Formação de um Grupo de Trabalho Permanente de Assistência Estudantil composto pelas instâncias representativas (órgãos administrativos da Administração Superior, entidades e grupos organizados) da temática de toda a UFC e por profissionais que possam contribuir na sistematização de projeto. Este grupo terá a responsabilidade de discutir, organizar, sistematizar e acompanhar a implementação do projeto.
	AÇÃO 02: Realização de pesquisa para traçar o perfil socioeconômico e cultural dos discentes de graduação da UFC, que será sistematizada pelo Grupo de Trabalho Permanente de Assistência Estudantil auxiliada por técnicos especializados da própria Universidade.
	AÇÃO 03: Organizar seminário institucional e de encaminhamento do Plano, a partir das discussões e eventos realizados anteriormente pelo Grupo de Trabalho.
META 02: Atender a 100% dos estudantes que demandam acompanhamento psicopedagógico.	AÇÃO 01: Ampla divulgação da existência deste serviço.
	AÇÃO 02: Reestruturação e expansão da estrutura física e de pessoal, a partir das demandas já existentes e do resultado da pesquisa realizada para traçar o perfil socioeconômico e cultural dos discentes de graduação da UFC e com integração das ações da PRAE com a da Psicologia.
META 03: Ampliar em pelo menos 50% o número de vagas nas Residências Universitárias até o ano de	AÇÃO 01: É preciso criar vagas nas residências e reformar e reestruturar as existentes, criando, inclusive espaços apropriados para estudo, lazer e convivência.

2011.	
<u>META 04</u> : Ampliar em pelo menos 50% o Programa de Assistência Alimentar, de modo a garantir o apoio à alimentação dos estudantes de baixa renda devidamente cadastrados, dentro de padrões técnicos e sanitários exigidos.	<p><u>AÇÃO 01</u>: Criar, manter e ampliar os programas que garantem o apoio à alimentação dos estudantes de baixa renda, proporcionando alimentação gratuita (café da manhã, almoço e jantar) no Restaurante Universitário para todos os estudantes cadastrados.</p> <p><u>AÇÃO 02</u>: Contratação de servidores para abertura do Restaurante Universitário do período Noturno, a fim de contemplar os estudantes dos cursos que já existem neste turno e os que passarão a existir com a implementação do REUNI.</p>
<u>META 05</u> : Ampliar em 750% (setecentos e cinquenta por cento) a oferta de Bolsa de Assistência Estudantil e recuperar em pelo menos 50% (cinquenta por cento) o valor monetário auferido pela bolsa até 2011.	<u>AÇÃO 01</u> : Melhorar a bolsa de assistência já existente, fazendo com que todos que estejam no Cadastro único de Estudantes de Origem Popular tenham direito à bolsa. Proporcionar um aumento qualitativo constante. Vale acrescentar que o acompanhamento das bolsas deve estar plenamente atrelado ao acompanhamento do desempenho acadêmico e da não precarização do trabalho.
<u>META 06</u> : Ampliar o acesso e reforma dos laboratórios de informática e bibliotecas, com oferta de cursos de computação.	<u>AÇÃO 01</u> : Investimento na inclusão digital dos estudantes através da reforma e ampliação dos laboratórios de informática e espaços das bibliotecas e o oferecimento de cursos básicos utilizando os estudantes do curso de computação.
<u>META 07</u> : Promover e apoiar programas desportivos, culturais e de lazer.	<u>AÇÃO 01</u> : Investimento no desporto com o incentivo e estrutura necessária a prática de esportes. Proporcionar uma completa reforma no Parque esportivo do Pici e nas quadras e campos já existentes por todos os campi da UFC e fortalecendo e dar apoio necessário às Associações Atléticas.

Fonte: Adaptado da Síntese de Proposta da UFC para o Programa REUNI, 2007.

As metas da UFC contemplam a previsão teórica referente às frentes de Condições de saúde, Moradia, Alimentação e Recursos Financeiros (SILVEIRA, 2012) e aspectos mentais através de serviços de Atendimento Psicopedagógico e Psicossocial (GONÇALVES, 2008).

Em comparação ao REUNI, mesmo quando se limita a analisar as metas e ações da Dimensão de Compromisso Social da Instituição, já se observa o atendimento aos objetivos às diretrizes do REUNI de número I, de redução da evasão, preenchimento das

vagas ociosas e expansão de vagas disponíveis para vestibulandos, e de número V, referente a ampliação de políticas inclusivas e de assistência estudantil.

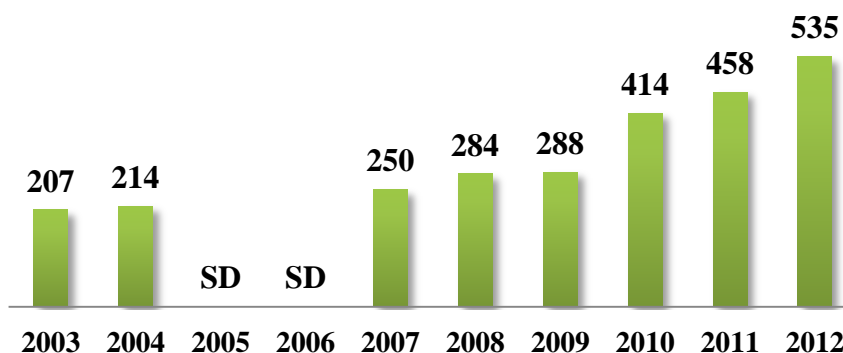
No tocante ao PNAES a UFC está em consonância por atuar nas áreas de moradia estudantil, alimentação, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte e apoio psicopedagógico, e acesso, participação e aprendizagem de transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

4.2 Análise Documental

A partir de relatórios internos anuais da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Relatórios de Gestão anuais da UFC, foram gerados os gráficos a seguir indicando o incremento no investimento em programas próprios da PRAE relacionados a moradia, alimentação e bolsas de assistência.

No referente à Residência Universitária foi alcançada a meta da UFC de incremento de 50% dos beneficiados. Houve incremento de 114% desde 2007 e apenas 21% entre 2003 e 2007. Apesar de séries diferentes fica evidenciado o impacto pós REUNI.

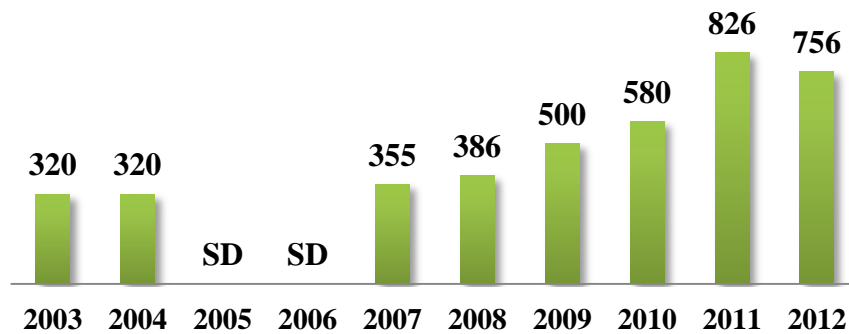
Gráfico 02: Incremento no Programa de Residência Universitária. (SD – Sem Dados)



Fonte: Criado pelo autor.

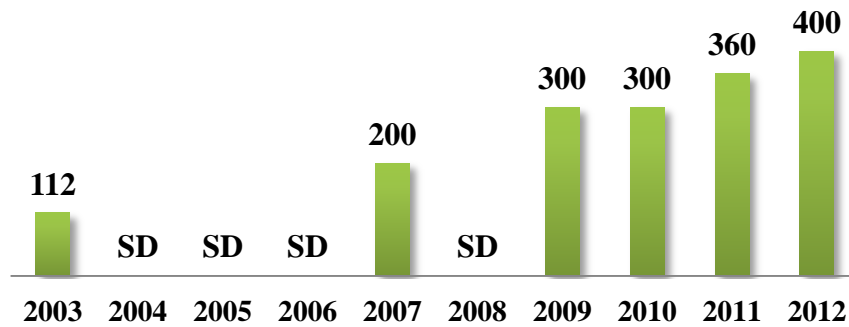
Analisando os Gráficos 03, 04 e 05, verifica-se que no que se refere às bolsas de Assistência Estudantil, a meta proposta para oferta de foi de 750%, mas o executado foi de apenas 113%, entretanto que o incremento entre 2003 e logo antes do REUNI foi de 11%. Quanto ao valor auferido a proposta de meta era de aumento de 50% enquanto que o alcançado foi de 100%.

Gráfico 03: Bolsas de Assistência. (SD – Sem Dados)



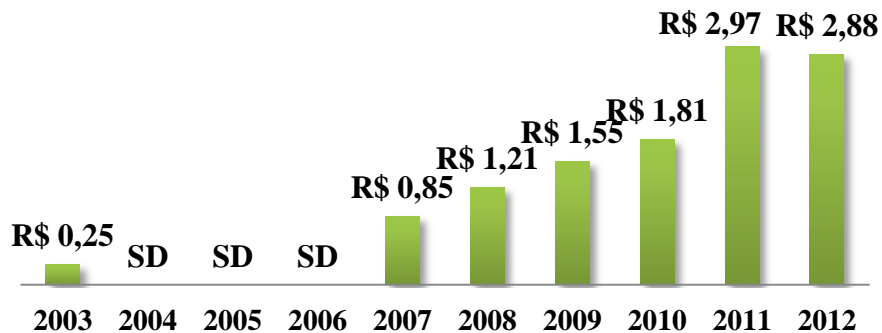
Fonte: Criado pelo autor.

Gráfico 04: Bolsa de Assistência - Valor Unitário. (SD – Sem Dados)



Fonte: Criado pelo autor.

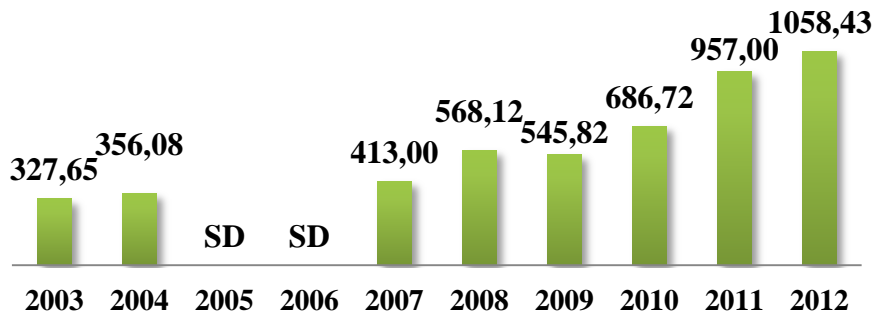
Gráfico 05: Bolsa de Assistência - Valor Total. (SD – Sem Dados)



Fonte: Criado pelo autor.

A meta referente ao Programa de Assistência Alimentar também foi alcançada. A meta apresentada era de 50% e o executado foi de 156%, frente aos 26% entre 2003 e 2007.

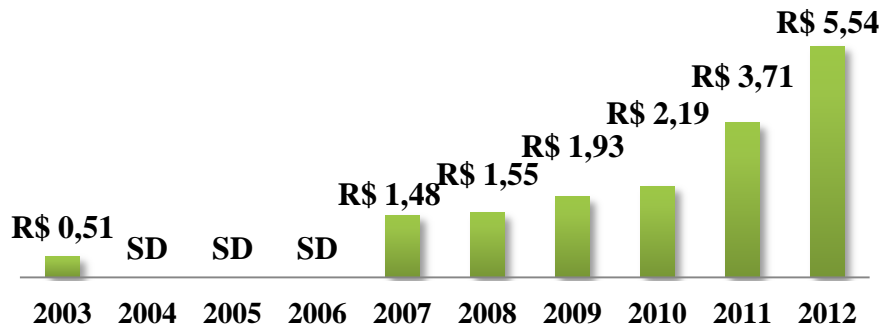
Gráfico 06: Refeições servidas pelo Restaurante Universitário (x 1.000). (SD – Sem Dados)



Fonte: Criado pelo autor.

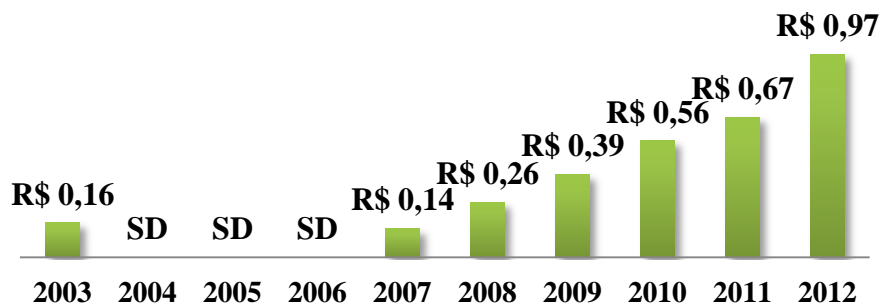
Lendo-se os Gráficos 07, 08 e 09, nota-se que em relação ao Programa de Assistência Alimentar cabe ainda ressaltar o incremento significativo de 274% no orçamento para manutenção do Restaurante Universitário com a manutenção de uma taxa simbólica para os alunos e servidores serem atendidos.

Gráfico 07: Custo de Manutenção do Restaurante Universitário (x 1 milhão). (SD – Sem Dados)

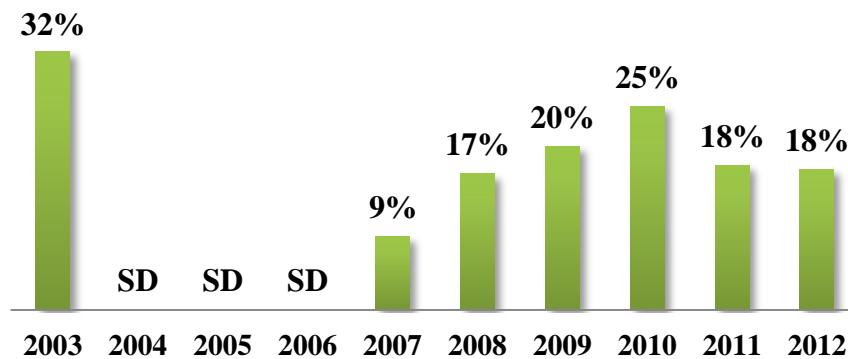


Fonte: Criado pelo autor.

Gráfico 08: Receita gerada pelo Restaurante Universitário (x 1 milhão). (SD – Sem Dados)

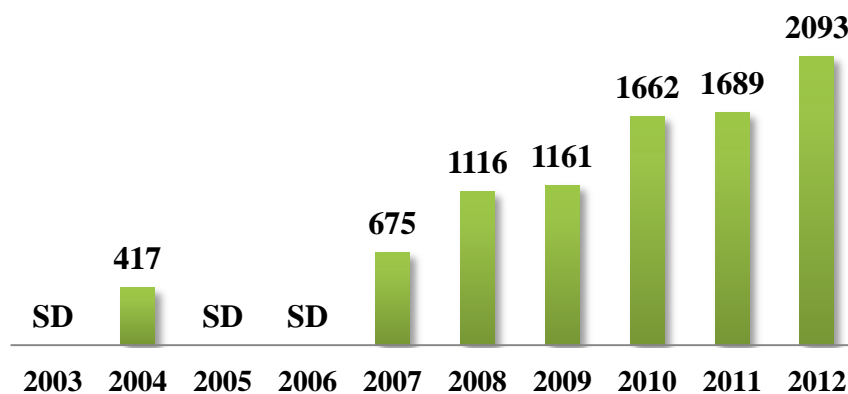


Fonte: Criado pelo autor.

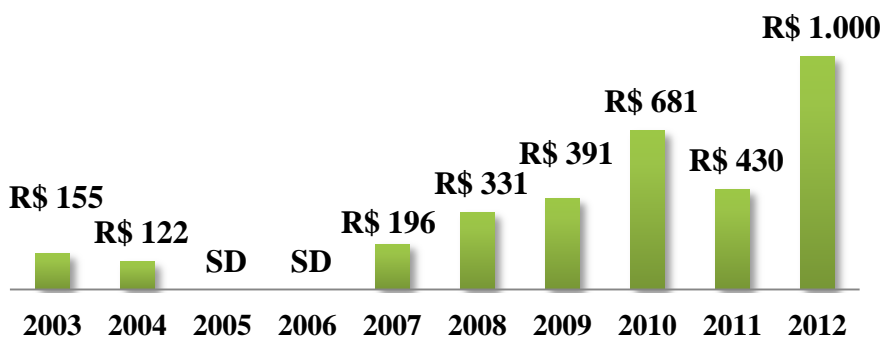
Gráfico 09: Relação Receita/Custo do Restaurante Universitário (x 1 milhão).*(SD – Sem Dados)*

Fonte: Criado pelo autor.

Não foi formulada pela UFC meta específica para a ajuda de custo, mas vale apontar o incremento de 210% no número de alunos beneficiados e 411% no montante despendido, como percebe-se a partir dos Gráficos 10 e 11.

Gráfico 10: Alunos beneficiados com ajuda de custo. (SD – Sem Dados)

Fonte: Criado pelo autor.

Gráfico 11: Investimento em ajuda de custo (x 1.000).

Fonte: Criado pelo autor.

A análise documental corrobora a atenção recente da UFC às frentes de auxílio à permanência, prevista pelo REUNI.

Em comparação ao PNAES, corrobora a atenção a frentes de moradia e alimentação.

4.3 Análise de Entrevista

No que tange aos demais ganhos possibilitados pelo REUNI, foram apontados pontos relevantes em entrevista ao atual Coordenador de Gestão Estratégica e Planejamento da UFC, Professor Doutor Augusto Teixeira de Albuquerque. A seguir temos a apreciação dos resultados pro Programa de Reestruturação relacionada com a avaliação do Professor.

Ficou clara na entrevista a relação de quatro frentes da universidade com o REUNI.

- **Expansão do Ensino Superior**

“O número de alunos saltou tremendamente porque foram abertos novos cursos, além disso, teve a ampliação de vagas de cursos existentes. Teve também a abertura de novos cursos no interior do estado o que é um impacto tremendo para essas cidades como Sobral e Juazeiro. Juazeiro hoje é um polo de tecnologia porque os cursos lá são voltados para isso. Então houve um impacto de oferta de ensino superior para o estado do ceará.”

- **Corpo Docente**

“No tocante aos professores, reposição de uma universidade que há 20 anos uma dificuldade tremenda de corpo docente. Hoje a quantidade de substitutos caiu drasticamente. Antigamente tinha uma quantidade de substitutos pra repor um pouco o que se tinha. Com REUNI além de ter professores pros novos cursos, você supriu uma demanda reprimida dos cursos existentes. Esses professores vieram obviamente com uma maior qualificação porque os concursos foram feitos já para doutores.”

- **Infraestrutura**

“Houve disponibilidade de verba para infra estrutura. Obras em todos os campi, ai entra assistência estudantil: oferta de bolsas, Assistência Medica e Odontológica, construção de Residência Universitária, inauguração do novo Restaurante Universitário do Porangabussu.”

- **Corpo Técnico-Administrativo**

“O impacto foi tão grande que eu acho que hoje a Universidade sente uma necessidade de repor o seu pessoal administrativo pra dar conta de todos esses serviços que estão sendo ofertados pra essa quantidade de gente nova.”

O Professor estabeleceu que além do desenvolvimento apresentado, foi necessário elevar a Universidade para um patamar de qualidade que compensasse a defasagem existente anteriormente para dar início ao crescimento posterior até o momento desse trabalho.

“Havia uma defasagem muito grande, havia uma certa carência de pessoal e de infraestrutura e foi proposto um crescimento que primeiro seria necessário trazer a universidade para um patamar para zerar esse déficit e fazer o crescimento. Houve esse impacto. E a partir daí houve esse crescimento.”

O Professor entrou em consonância com o apontado na revisão teórica desse trabalho no que se refere à imagem que a população retém do serviço público de acordo com Norberto e Lima (2006) e Galeno (2012) quando se referiu à resistência dos discentes, junto a temores de outros agentes, expressaram inicialmente à adesão ao REUNI.

“Houve resistência tremenda do corpo discente, por serem descrentes de política de estado, além de medo de sucatear a Universidade, o que não aconteceu. Tudo foi melhorado, até a Faculdade de Direito, por exemplo, que tem 100 anos. O segundo aspecto foi o quadro de pessoal reduzido. Uma desconfiança dessas propostas de que fosse de cunho eleitoreiro ou que a Universidade entrasse numa “roubada”, e que levasse a uma diminuição da qualidade, e você viu pelos índices de avaliação que não ocorreu. O Índice Geral de Cursos da UFC não caiu, o nosso Conceito CAPES dos programas de pós-graduação subiram. Uma coisa importante é a infraestrutura, porque tinha um setor de obras que de pequenas obras de uma hora pra outra teve que fazer grandes obras, isso foi um desafio.”

Quando indagado sobre quais fatores levaram a Universidade Federal do Ceará alcançar tal êxito na implantação do REUNI, foi atribuído enfático mérito à gestão da época.

“Eu acredito que houve muito o mérito das gestões que estavam aqui nesse período, porque não é fácil fazer isso numa estrutura fragilizada, de pessoas, tecnologia, recursos e botar o negócio andando.”

A partir da fala anterior são identificados dois aspectos relacionados à efetividade das ações na UFC: a repercussão e os próximos passos em relação à gestão.

“Entre as instituições federais, em fóruns nacionais, a UFC é muito respeitada. E quando o MEC dá para você o crédito de abrir um campus novo já é um reconhecimento. São mais de 60 universidades federais, todo mundo pedindo expansão, então quando é liberado crédito para dois novos campi, há um mérito do que está sendo feito aqui.”

“Cada vez mais a Universidade tem se preocupado em melhorar a gestão, os processos. Primeiro um passo quantitativo e agora qualitativo de melhoramento desde aproveitamento de disciplina a fluxo de compra.”

Quando questionado se todas as frentes na Universidade foram contempladas com o REUNI, é direcionado o discurso ao PDI, enfatizando a clara relação do REUNI com todas as frentes da Universidade e da versão mais recente do PDI sendo influenciado pelo REUNI.

“Quando eu leio o PDI, o assunto que você pensar tem ao menos uma ação já idealizada. Pode até ser que não dê pra implementar 100%, ou nem começar, mas num dá pra dizer que tem uma área que o REUNI deixou de lado.”

Finalmente, abordando as perspectivas para que caráter a Universidade deve definir para as próximas ações relacionadas a desenvolvimento de suas atividades, foi focada a melhoria dos processos.

“Agora é hora de trabalhar pra aumentar tanto a qualidade dos cursos como na qualidade do serviço e da gestão. O próximo salto vai ser de qualidade, de otimização tanto de processos fim como de processos meio, mas tem que ter um investimento nisso. Num negócio grande desse não se sustenta bem se a máquina não estiver azeitada.”

4.4 Apreciação Final

Acusa-se a necessidade de incremento do quadro técnico-administrativo para atender ao crescimento do quadro de aluno, professores e técnicos da Universidade, bem como ao crescimento do alcance e modalidades dos serviços prestados.

Embora a Universidade esteja evoluindo em relação a sua atuação, apontou-se ainda a oportunidade de expandir a assistência estudantil em outras frentes previstas, como políticas de transporte, creche, auxílio de material didático, mas mediante constatação do alinhamento do perfil do público atendido pela PRAE com essas possíveis iniciativas.

Como continuação ao iniciado nesse trabalho, sugere-se investigação junto ao corpo discente sobre quais outros serviços seriam uteis se oferecidos pela PRAE e avaliação da evolução da Universidade em outras frentes além da assistência estudantil.

5 CONCLUSÃO

A pergunta de pesquisa foi respondida juntamente com a confirmação da hipótese proposta. A reação da UFC ao REUNI foi imediatamente a divulgação de uma carta de adesão que previa já metas a serem alcançadas e ações a serem executadas relacionadas ao objetivo e diretrizes do REUNI, o que conseqüentemente beneficiou os três pilares da universidade de ensino pesquisa e extensão pelo ganho em infraestrutura, expansão do ensino superior e melhoria do corpo docente.

O objetivo geral foi alcançado bem como os objetivos específicos. Concomitante aos três objetivos específicos identificou-se respectivamente o que se segue. As diretrizes foram estabelecidas já no momento da adesão da Universidade ao REUNI no mesmo ano de lançamento do mesmo. A UFC não prevê atuação nas frentes abordadas pela teoria visitada, exceto definição clara referente a acesso aos instrumentais necessários à formação profissional, mas mais diferentes áreas do conhecimento, nem acompanhamento às necessidades educativas especiais, nem transporte. Atende ao previsto pelo PNAES, exceto no tocante a políticas de transporte, creche, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência.

Com a execução desse trabalho, encontrou-se que o que motivou o desenvolvimento do mesmo apareceu também nos dados coletados quando sugeriu-se em entrevista que os próximos passos sejam relacionados a melhoria de gestão e alinhamentos de processos fins e meios, apontando para a importância do Projeto de Mapeamento de Processos da PRAE. O que vai de encontro à necessidade dessa Pró-Reitoria de aperfeiçoar-se para atender ao crescimento da população alcançada pela expansão do ensino superior pela UFC.

Quanto às contribuições dessa investigação enquanto trabalho de conclusão de curso, apontaram-se ensinamentos para a gestão pública universitária e para a administração geral na contemporaneidade, bem como a seguir.

Evidenciou-se a dimensão da importância da universidade para formação de profissionais para além das exigências de mercado, mas enquanto agente ativo na vivência em sociedade observando a possibilidade de atendimento a grupos que enfrentem desafios para essa formação e desenvolvimento.

Observou-se a importância de uma organização de grande porte mobilizar-se com grupos de interesse para estabelecer ações específicas que encaminhem a organização para onde as tendências que o ambiente onde está inserida aponta.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25/04/2007, p. 7.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10/07/2010, p. 5.

CARDOSO JR, J. C. **Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o estado**. 1. ed. IPEA: Brasília, 2011.

GALENO, A. S. R. O planejamento orçamentário como indutor do orçamento gerencial. In: VAN DER LEY, L. G. (Org.) **Gestão Pública: Facetas estratégicas**. 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 2012. p. 2- - 6-.

FINATTI, B. E.; ALVES, J. M.; SILVEIRA, R. J. **Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina – UEL – Indicadores para implantação de uma política de Assistência Estudantil**. Libertas, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, 2007, p. 188-206.

FONAPRACE. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Gestão 2007/2008. Disponível em: <<http://pdi.ufabc.edu.br/wp-content/uploads/2011/09/Plano-Nacional-de-Assist%C3%Aancia-Estudantil-ANDIFES.pdf>>. Acesso em 02/08/2013.

GONÇALVES, G. K.; POZOBOON, L. Atendimento psicológico a estudantes universitários: relato de experiência no Ânima – Núcleo de Apoio ao Estudante, da Universidade Federal de Santa Maria. In: KULLMANN, G. G. et al. (Org.) **Apoio Estudantil: reflexões sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior**. Santa Maria: Editora da UFSM: 2008.

LANE, J. **Public administration and public management: the principal-agent perspective**. 1. ed. New York: Routledge, 2005.

NORBERTO, A. P.; LIMA, C. A. Universidade: a gestão estratégica como instrumento de planejamento de ações no contexto de mudanças ambientais. In: PINTO, C. A. B.; FREIRE, F. S. (Org.) **Gestão universitária: integrando aprendizagem e conhecimento na UFC**. 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 2006. p. 23- - 25-.

RAASCH, R. A gestão da política de assistência estudantil em uma universidade pública na perspectiva de seus estudantes. In: Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, 15., 2012, São Paulo. **Anais**. São Paulo: SIMPOI, 2012. Disponível em: <http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2012/artigos/E2012_T00348_PCN82679.pdf>. Acesso em: 03/08/2012.

SALGADO, V. A. B.; FERNANDES, C. C. C. Ciclos de debates *Direito e Gestão Pública*: os limites da autonomia e do controle do poder executivo em debate. In: CARDOSO JR, J. C.; PIRES, R. R. C. (Org.) **Gestão Pública e Desenvolvimento: desafios e perspectivas**. 1. ed. v. 6. Brasília: IPEA, 2011.

SANTOS, G. F. **Os impactos da Política de Assistência Estudantil sobre a população feminina assistida pela Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP)**. 2012. 40 p. Monografia (Especialização em Gestão de Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Educação para Diversidade, Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

SILVEIRA, M. M. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

UFC. **Universidade Federal do Ceará – Relatório de Gestão 2003**. Fortaleza, 200-. Disponível em: < <http://www.ufc.br/a-universidade/documentos-oficiais/324-relatorio-de-gestao>>. Acesso em: 01/08/2012.

_____. **Universidade Federal do Ceará – Relatório de Gestão 2004**. Fortaleza, 200-. Disponível em: < <http://www.ufc.br/a-universidade/documentos-oficiais/324-relatorio-de-gestao>>. Acesso em: 01/08/2012.

_____. **Universidade Federal do Ceará – Relatório de Gestão 2007**. Fortaleza, 200-. Disponível em: < <http://www.ufc.br/a-universidade/documentos-oficiais/324-relatorio-de-gestao>>. Acesso em: 01/08/2012.

_____. **Projeto REUNI UFC: Síntese da Proposta**. Fortaleza, 2007. Disponível em: <http://www.prograd.ufc.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=46&Itemid=60>. Acesso em: jun/2012.

_____. **Universidade Federal do Ceará – Relatório de Gestão 2008**. Fortaleza, 200-. Disponível em: < <http://www.ufc.br/a-universidade/documentos-oficiais/324-relatorio-de-gestao>>. Acesso em: 01/08/2012.

_____. **Universidade Federal do Ceará – Relatório de Gestão 2009**. Fortaleza, 2010. Disponível em: < <http://www.ufc.br/a-universidade/documentos-oficiais/324-relatorio-de-gestao>>. Acesso em: 01/08/2012.

_____. **Universidade Federal do Ceará – Relatório de Gestão 2010**. Fortaleza, 2011. Disponível em: < <http://www.ufc.br/a-universidade/documentos-oficiais/324-relatorio-de-gestao>>. Acesso em: 01/08/2012.

____. **Universidade Federal do Ceará – Relatório de Gestão 2011**. Fortaleza, 2012. Disponível em: < <http://www.ufc.br/a-universidade/documentos-oficiais/324-relatorio-de-gestao>>. Acesso em: 01/08/2012.

____. **Plano de Desenvolvimento Institucional da UFC - 2013-2017**. Fortaleza, 2013. Disponível em: <<http://www.ufc.br/a-universidade/documentos-oficiais/313-plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>>. Acesso em: 01/08/2012.

____. **Lema, Missão, Visão e Compromisso**. Fortaleza, 2013b. Disponível em: <<http://www.ufc.br/a-universidade/conheca-a-ufc/60-lema-missao-visao-e-compromisso>>. Acesso em: 04/08/2012.

ANEXO I

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007.

Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e considerando a meta de expansão da oferta de educação superior constante do item 4.3.1 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001, DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta referida no § 1º.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos

que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de

estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de

metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização

precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Art. 3º O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de

suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

I - construção e readequação de infra-estrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do

Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e
III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

§ 1º O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1º, § 1º.

§ 2º O acréscimo referido no § 1º tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3º O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação.

Art. 4º O plano de reestruturação da universidade que postule seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deverá indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos no art. 1º.

Parágrafo único. O plano de reestruturação deverá ser aprovado pelo órgão superior da instituição.

Art. 5º O ingresso no Programa poderá ser solicitado pela universidade federal, a qualquer tempo, mediante proposta instruída com:

I - o plano de reestruturação, observado o art. 4º;

II - estimativa de recursos adicionais necessários ao cumprimento das metas fixadas pela instituição, em

atendimento aos objetivos do Programa, na forma do art. 3º, vinculando o progressivo incremento orçamentário

às etapas previstas no plano.

Art. 6º A proposta, se aprovada pelo Ministério da Educação, dará origem a instrumentos próprios, que

fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas.

Art. 7º As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.4.2007

ANEXO II

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da

Constituição:

DECRETA:

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da

Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e

extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial

das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico; e

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos

alunos de graduação a serem beneficiados.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior,

abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as

04/07/13 Decreto nº 7234

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm 2/3

áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por

seu corpo discente.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a

igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de

educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais

requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no caput, as instituições federais de ensino superior

deverão fixar:

I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no caput do art. 2º; e

II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

Art. 6º As instituições federais de ensino superior prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação.

Art. 7º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que

deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º.

Art. 8º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao

Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar

a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na

forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de julho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.7.2010

APÊNDICE

Roteiro de Entrevista de Monografia

Entrevistado: Prof. Augusto Teixeira de Albuquerque | Pró-Reitoria de Planejamento/UFC

Aluno: Jonas Vieira Xavier Neto | Curso de Administração de Empresas/UFC

Orientadora: Profa. Elidihara Triqueiro Guimarães | Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/UFC

Tema: REUNI e Assistência Estudantil: Novas Possibilidades na Universidade Federal do Ceará.

Data: 01/08/2013

1. Como era a Universidade antes do Reuni e como está agora a Universidade? Ex. Estrutura, Pessoal, Tecnologia, Ofertas de Cursos e Vagas.
2. Havia antes do REUNI algum projeto específico que só foi viabilizado/concluído graças ao REUNI?
3. Quais eram os principais desafios da universidade que foram vencidos graças ao REUNI?
4. Qual foi a principal mudança proporcionada pelo REUNI na UFC em geral?
5. Quais foram as dificuldades de implantar o REUNI?
6. A UFC atingiu as metas do REUNI até 2012. O que possibilitou isso? E a partir de 2013 é através do PDI ou existe algum tipo de REUNI 2?
7. Você sabe se a UFC tornou-se referência em alguma instância referente à implantação do REUNI?
8. Na sua visão, no que o Programa de Reestruturação poderia ser melhor? O que o Programa não prevê?
9. O que foi possibilitado pelo REUNI mesmo sem estar previsto entre as diretrizes, mas a UFC "aproveitou a energia" para executar?
10. O que ficou de frutos do REUNI?
11. O que ainda deve/pode ser feito?